

**A construção da consciência político-ambiental no MST.  
Experiência do acampamento *Terra Livre*, em Resende, Rio de Janeiro: 1999-2008**

Priscilla Gomes da Silva \*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo central estudar o processo de formação da consciência político-ambiental no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com especial enfoque na formação e territorialização da entidade na região de Resende, sul do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1999 até os dias atuais. A conscientização dos militantes se conforma a partir do acúmulo de lutas do movimento, em sua experiência prática na realidade. Assim, o objetivo da reforma agrária que já era amplo, visando transformações sociais profundas, incorpora também as demandas ambientais.

**Palavras-chave:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; consciência político-ambiental; agroecologia.

**Abstract:** This paper has as its central objective the study of the process of making of the political-environmental consciousness in Brazil's Landless Workers Movement with special focus on the formation and territorialization of the entity in the region of Resende, southern area of the state of Rio de Janeiro between 1999 and the present time. The formation of the conscience of the subjects conforms with accumulation of battles of the movement, in its practical experience, in reality. Thus, the objective of the agrarian reform which was already extensive, aiming for deep social transformation, embodies too environmental demands.

**Keywords:** Brazil's Landless Workers Movement; political-environmental consciousness; agroecology.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das temáticas mais recorrentes na sociedade contemporânea é a que se remete à degradação ambiental causada pela ação humana. As discussões se estendem desde conversas informais até calorosos debates no meio científico. Nesse sentido, há tendências que afirmam inevitáveis catástrofes no planeta, que se desencadearão num futuro não muito longínquo. De maneira controversa, há os pesquisadores que apostam que os danos ao meio ambiente não serão tão sérios, e que a natureza se recuperará, o que não causará prejuízos definitivos à espécie humana.

O progressivo ataque ao meio ambiente impulsionado pelo modelo produtivo capitalista acelera as discussões, e neste panorama surgem diversas organizações visando frear os danos à descontrolada destruição ambiental. Percebe-se, entretanto, que muitas destas entidades não apontam para uma questão primordial no desenrolar de suas ações: que a crise

---

\* Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

ambiental vivenciada nas últimas décadas é fruto e processo do modelo de produção e consumo capitalista, cuja lógica de acumulação é incompatível com os ciclos naturais. Falta uma análise totalizante a estes movimentos, que propõem alternativas bastante pontuais na defesa do meio ambiente<sup>1</sup>, ao acreditarem na possibilidade de um “capitalismo limpo”.

Constituindo-se ao revés de tendências ambientalistas fragmentárias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – o MST - vem ampliando em suas discussões e práticas a necessidade de se atentar para uma relação harmônica entre o homem e a natureza no processo produtivo, o que evidencia um dos princípios do movimento, cristalizado na idéia de que “a reforma agrária é mais do que terra”. A progressiva incorporação de novos elementos no bojo das reivindicações dos militantes a partir do acúmulo de lutas será objeto de estudo desta breve explanação, que terá como foco apresentar um panorama de como o processo de formação da consciência político-ambiental no MST está se constituindo. Em decorrência da amplitude e complexidade do tema e da pequena possibilidade de explanação, achei fundamental deter minha reflexão numa área específica, aqui representada pelo acampamento do MST conhecido por *Terra Livre*, que se situa na região Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A escolha deste acampamento se justifica pelas ações e pelo discurso de seus militantes no sentido de defenderem um modelo produtivo que proporcione a autonomia dos moradores e que seja benéfico para a saúde dos mesmos e para o meio ambiente. É importante realçar que o movimento social em questão é demasiadamente plural e complexo, e que a análise de um estudo de caso não pretende dar conta da realidade do movimento como um todo, apenas expressar algumas questões latentes e em disputa no cerne do MST na atualidade.

## **2. O MST NO RIO DE JANEIRO E O ACAMPAMENTO *TERRA LIVRE***

Atendo-nos às ocupações de terras e ao processo produtivo do MST na região Sudeste, verificamos que na década de 90 o MST consegue se territorializar<sup>2</sup> no estado do Rio de Janeiro, onde alguns acampamentos/assentamentos já trazem reflexões sobre o processo produtivo e o meio ambiente desde os seus primórdios, expressando o acúmulo das experiências do movimento e as necessidades práticas enfrentadas pelos militantes deste estado. Ao contrário do que comumente se imagina, o Rio de Janeiro é uma área marcada por

---

<sup>1</sup> Temos como exemplo a ação fragmentária de ONG's e de outras organizações, que defendem apenas a preservação de algumas espécies animais ou vegetais.

<sup>2</sup> Este conceito se refere ao conjunto dos assentamentos construídos pelo MST. Cada assentamento conquistado é uma fração de território, onde vai ser construída uma nova comunidade. O seu conjunto é a territorialização. Ver: MANÇANO, Bernardo. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

conflitos rurais, havendo cerca de 70.000 famílias sem-terra. A expropriação dos trabalhadores no Rio de Janeiro pela fronteira agrícola e pela urbanização, principalmente na segunda metade do século XX, gerou imensos embates entre proprietários e sem-terra/sem-teto, resultando em grande violência abatida sobre os mesmos.

As políticas de *modernização* econômica do país implementadas sobretudo nos anos da ditadura militar se basearam no fomento à industrialização e no emprego maciço de tecnologia no campo, o que gerou uma forte emigração do meio rural para as cidades, atingindo especialmente o Rio de Janeiro. Um censo demográfico produzido em 1980 indicava que já naqueles anos 92% da população carioca era urbana, o que provocava um cenário de caos, desemprego e violência na região, com um nível intolerável de desigualdades sociais, o que levou homens e mulheres a recorrerem à formas de lutas que consideravam mais concretas.

Dessa maneira ocorreu o primeiro encontro entre o MST e trabalhadores do Rio de Janeiro em 1984, quando um grupo de militantes do Paraná e do Rio Grande do Sul veio ao estado para conhecer o mutirão *Campo Alegre*, em Nova Iguaçu. O mutirão contava com 125 famílias, formadas predominantemente por trabalhadores urbanos e rurais expulsos de outras terras do estado. A articulação deste mutirão contou com especial apoio da Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Nova Iguaçu. Duas lideranças do mutirão foram indicadas para participarem do primeiro congresso do MST, passando a compor a coordenação nacional do movimento e tendo o objetivo de construir a luta no Rio de Janeiro. Apesar da tentativa, não se conseguiu formar quadros para os objetivos do movimento, tampouco articulou-se as ocupações que estavam ocorrendo de forma isolada, como as de Valença, Piraí, Paracambi. Também não foi possível formar uma articulação com forças políticas de apoio à luta do MST que permitissem a autonomia do movimento<sup>3</sup>. Além disso, a primeira tentativa de formação do MST no Rio não foi exitosa, pois as ações efetuadas não ultrapassaram a luta pelo acesso à terra, e houve também a cooptação de parte dos membros do MST pela lógica assistencialista do governo de Brizola<sup>4</sup>.

A retomada do MST no Rio de Janeiro se dá a partir de 1993, com a vinda de militantes de outros estados, e com a articulação às lutas pela terra já existentes no Rio. Nesse período há um deslocamento espacial das lutas pela terra no Rio de Janeiro, passando da Baixada Fluminense ao norte do estado, num processo de interiorização do movimento. Suas

---

<sup>3</sup> MANÇANO, Bernardo. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>4</sup> NOVICKI, Victor de A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1992.

ações voltaram-se agora para a periferia das regiões canavieiras, passando a alvejar terras de usinas nos municípios de Macaé e Conceição de Macabu, com a ocupação da fazenda *Capelinha*<sup>5</sup>.

Ainda de acordo com Eleidimar dos Santos houve um segundo momento de interiorização do MST no Rio de Janeiro, a partir do ano de 1997. Segundo o historiador “as ações se deslocam para o centro da economia canvieira, ocupando terras da então falida *Usina São João*, situada a 7 km do município de Campos dos Goytacazes, e dessa investida do movimento nasce o assentamento *Zumbi dos Palmares* e o *Che Guevara*. Nesse mesmo período o movimento também se desloca para o Sul Fluminense com a ocupação das *fazendas do Salto* e *Primavera* ambas no município de Barra Mansa, no entanto, só vai se territorializar nesta região a partir de 2.000. Destaca-se aqui que o acampamento *Primavera* se desloca para o município de Resende com a ocupação da *Fazenda da Ponte* em 1999” (SANTOS, 2008: 28). As famílias do *Primavera*, ao se somarem com novas famílias que vieram para a ocupação, constituíram um novo acampamento, por nome de *Terra Livre*.

A comunidade *Terra Livre* se situa então na região Sul Fluminense, fortemente marcada pela urbanização, com 96% de sua população residindo em área urbana, e 4% concentrada no meio rural, de acordo com dados do IBGE. Esta área se destaca por representar um dos maiores pólos industriais do estado do Rio de Janeiro, sediando grandes empresas como a CSN, Saint-Gobain, Peugeot e outras do ramo siderúrgico e metal mecânico. As práticas agrícolas da região são marcadas pela elevada concentração fundiária, cuja posse de terra pertence, sobretudo, a grupos industriais e comerciários que não tem a renda principal proveniente da agricultura. A pecuária leiteira é a principal atividade desenvolvida na zona rural, contudo os produtores de leite estão descapitalizados e submetidos aos laticínios. A falta de políticas governamentais que atendam a necessidade desses agricultores e a degradação dos espaços agrícolas pelos grandes proprietários de terras como queimadas e aração indevida têm produzido impactos desastrosos ao meio ambiente. As grandes empresas não absorvem a mão-de-obra existente e expropriada, e num contexto como esse, busca-se alternativas para subsistência das famílias e para a preservação do meio ambiente, numa clara relação. Assim, as ocupações das áreas improdutivas que não cumprem sua função social são efetivadas pelo MST<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> SANTOS, Eleidimar Pereira dos. A constituição do sujeito político MST no estado do Rio de Janeiro entre 1984 e 1996. João Pessoa, 2008. (mono).

<sup>6</sup> PIMENTEL, VANIA; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade Terra Livre. In: [http://www.micoleao.org.br/template.php?pagina=ptg/associacao/noticias\\_visualiza.php&id=32&link=1](http://www.micoleao.org.br/template.php?pagina=ptg/associacao/noticias_visualiza.php&id=32&link=1)

A ocupação da fazenda da *Ponte* no município de Resende foi organizada pela ação conjunta do MST com o sindicato dos trabalhadores rurais de Barra Mansa, estando esta área abandonada e endividada com os antigos trabalhadores rurais devido à falência da granja *Rocha Klotz*. As famílias envolvidas na luta eram constituídas principalmente por trabalhadores provenientes da zona urbana, entretanto a maior parte destes indivíduos já trabalhou no campo na juventude, até serem expulsos desta área pelo modelo agrícola concentrador, fazendo-os migrarem para as cidades. A alternativa de sobrevivência e ascensão econômica nas cidades também não vingou, e esses homens e mulheres decidiram apelar para a luta por terras numa situação limite.

Cerca de 60 famílias ocuparam a fazenda da *Ponte* em 1999, num sentido de atacar o modelo fundiário em que as terras não cumpriam sua função social. Esse estabelecimento originou o *Terra Livre*. O acampamento foi organizado por núcleos de famílias, visando a divisão de tarefas para uma produção coletiva com melhores resultados.

### **3. CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICO-AMBIENTAL NO *TERRA LIVRE***

A partir do cotidiano no acampamento resgatou-se o senso comunitário nas relações entre as famílias, perdido com o processo de desterritorialização e de urbanização. Viver no acampamento exigia a cooperação entre os seus membros, fortalecendo a identidade e os laços de amizade entre as pessoas, contudo não se excluíam relevantes momentos de tensão. A cooperação entre os sujeitos se deu para sanar dificuldades básicas como moradia, alimentação, água para o consumo, educação, mas também para combater as resistências do antigo arrendatário à ocupação.

Possíveis apropriações do território ocupado foram ficando mais distantes com iniciativas sociais vitoriosas no acampamento *Terra Livre*. A organização da comunidade e a necessidade de um local de estudos para as crianças ali residentes forçou reivindicações dos acampados junto à Prefeitura Municipal para a criação de uma escola, que foi reconhecida já nos primeiros quatro meses do acampamento em 1999. O colégio se chama *Escola Chico Mendes* e é a primeira escola municipal rural do Rio de Janeiro a funcionar numa área ainda não assentada. Esse enorme ganho auxiliou na resistência das famílias frente aos seus direitos.

No processo de construção do acampamento *Terra Livre* os militantes passaram a ter maior consciência da importância de um processo produtivo coletivo e sustentável. Eles entenderam que produzir de forma independente dos patrões gerava-lhes maiores benefícios, e

passaram a ver com mais clareza os latifundiários como força opressora. Apesar disso, as movimentações dos militantes visando práticas sustentáveis enfrentaram oposições, pois parte dos membros do acampamento não se adaptaram à nova forma de vida e à produção agrícola, desistindo do acampamento. Isso ocorria pois estes sujeitos estavam habituados a um outro tipo de vida e de métodos produtivos, encarando com dificuldade as transformações.

Como percebemos, grande parte das famílias que participaram da formação do *Terra Livre* eram oriundas de áreas urbanas, vítimas da “Revolução Verde” que expropriou milhares de trabalhadores do campo desde a “modernização” econômica da ditadura militar, num processo produtivo dispendioso baseado na mecanização e no uso de insumos químicos que destroem a natureza. As repercussões deste paradigma se abateram sobre a população rural, ao ampliar o número de proletários agrícolas, que por vezes migraram para as cidades, porém também afetaram o meio ambiente. A base da “Revolução Verde” consistiu na utilização intensiva de sementes melhoradas (principalmente sementes híbridas), insumos industriais (como fertilizantes e agrotóxicos), forte mecanização e diminuição do custo de manejo, uso extensivo da tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, possibilitando a produção agrícola em vasta escala. Os procedimentos utilizados neste tipo de produção agrícola causam danos expressivos ao meio ambiente, pois muitas vezes há a necessidade de derrubada de matas e de queimadas, seguidas da implementação de técnicas que comprometem a fertilidade dos solos e que poluem o ambiente em questão<sup>7</sup>.

As práticas do atual agronegócio têm bases estruturadas no modelo da “Revolução Verde”, porém aprofundou-se o perigo das práticas produtivas atuais a partir do crescimento do uso de transgênicos<sup>8</sup>. Nesse sentido, o aspecto sustentável é incorporado ao ideal de reforma agrária do MST, que se coloca como uma alternativa à atual lógica dominante de produção e consumo em massa fincada no agronegócio.

Discussões sobre o tipo de produção e comercialização agrícola a ser implementada sempre estiveram presentes no *Terra Livre*. Optou-se por um tipo de vida e de cultivo que se constitui como contra-hegemônico, pois é baseado em princípios agroecológicos<sup>9</sup>. Essa

---

<sup>7</sup> GONZAGA, José Guilherme Franco. *Possibilidades educativas nas ações coletivas do MST. Reflexões Teóricas e Epistemológicas*. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2006.

<sup>8</sup> Os compostos transgênicos são constituídos através de manipulação genética, ao recombinar características de um ou mais organismos de uma forma que provavelmente não aconteceria na natureza.

<sup>9</sup> Conforme Miguel Altieri: “(...) a agroecologia é a ciência que tem por base os princípios ecológicos para o desenho e manejo dos sistemas agrícolas sustentáveis e de conservação de recursos naturais, e que oferece muitas vantagens para o desenvolvimento de tecnologias mais favoráveis ao agricultor. A agroecologia se baseia no conhecimento indígena e em seletas tecnologias modernas de baixos insumos capazes de ajudar a diversificar a produção. O sistema incorpora princípios biológicos e os recursos locais para o manejo dos sistemas agrícolas, proporcionando aos pequenos agricultores uma forma ambientalmente sólida e rentável de

escolha se deu como uma forma de restabelecer a permanência das famílias no campo e garantir a sustentabilidade dos agroecossistemas, perdida com o uso indevido da área em decorrência da herança da “Revolução Verde”.

No artigo elaborado pelos militantes do *Terra Livre*<sup>10</sup> percebe-se que os moradores do acampamento optaram primeiramente pela produção sustentável por questões econômicas, com a falta de recursos financeiros, uma vez que a opção da agroecologia é realmente menos custosa, apesar de ter resultados a médio e longo prazo, ao respeitar a temporalidade dos processos naturais. Com a experiência real, os militantes foram percebendo que tal alternativa redundava em produtos saudáveis e de melhor qualidade, e que o equilíbrio no contato com a natureza nas relações produtivas era benéfico a todos os envolvidos.

As intervenções dos sem-terra no acampamento para reverter a situação danosa da “Revolução Verde” consistiram em diversas medidas que articuladas entre si conferiam um sentido progressivamente sustentável na produção e nos modos de vida dos militantes. Buscou-se então recuperar a cobertura florestal da região degradada, com o plantio de espécies nativas em uma das nascentes do acampamento num regime de mutirão de jovens e adultos que mapearam as nascentes e escolheram a mais relevante para esse trabalho. 1500 mudas foram plantadas ao redor da principal nascente do acampamento. A iniciativa do replantio acabou por ampliar a biodiversidade do local e por contribuir para o êxito de novos cultivos.

A idéia de construção de um viveiro na comunidade também foi implementada a partir do trabalho coletivo, o que é fruto do desenvolvimento dos laços afetivos e comunitários entre os membros do acampamento. Foi estabelecida a necessidade de um dia de trabalho coletivo (às quartas-feiras) na área comunitária, que é composta pelo viveiro de mudas de hortaliças em bandejas, frutíferas e árvores nativas; por uma unidade de produção de agrobio<sup>11</sup>, e por um minhocário. Essa ação cooperada serve para suprir as necessidades de produção dos acampados, mas contribui também para a formação de vínculos de solidariedade entre os mesmos.

O cultivo agroecológico de hortaliças é uma fonte de renda bastante importante para as famílias do *Terra Livre* e sua venda é realizada sobretudo nos municípios de Resende e de

---

intensificar a produção em áreas marginais”. In: ALTIERI, Miguel. Biotecnologia agrícola. Mitos, Riscos Ambientais e Alternativas. Porto Alegre: Ascar-Emater/RS, 2002, pp. 39-40.

<sup>10</sup> PIMENTEL, VANIA; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade Terra Livre. In: [http://www.micoleao.org.br/template.php?pagina=/ptg/associacao/noticias\\_visualiza.php&id=32&link=1](http://www.micoleao.org.br/template.php?pagina=/ptg/associacao/noticias_visualiza.php&id=32&link=1)

<sup>11</sup> Agrobio é um tipo de adubo foliar, produzido à base de esterco e micronutrientes essenciais ao desenvolvimento das plantas.

Itatiaia. A proximidade do acampamento com centros urbanos resultou numa troca contínua com a população da região, que passa a ter maior conhecimento do processo produtivo e dos anseios dos sem-terra, reconhecendo a relevância da iniciativa dos mesmos e passando a optar por alimentos que fazem bem à saúde e não degradam o ambiente. A comercialização de produtos agroecológicos é inovadora na região, e a população pôde ter acesso desde então a gêneros saudáveis e num preço acessível.

Com a ocupação do território e as alterações na lógica de produção a área ocupada pelo *Terra Livre* soma hoje cerca de 32 famílias, com aproximadamente 140 pessoas. Antes da ocupação e das iniciativas concretizadas havia apenas duas famílias residindo na área. Os militantes que hoje vivem no acampamento têm como principal atividade produtiva a agricultura, e com as iniciativas agroecológicas as espécies produzidas se multiplicaram e alteraram a paisagem do lugar. Cultivos de batata-doce, mandioca, amendoim, hortaliças, plantas medicinais, feijão, frutas, milho, além da criação de pequenos animais são feitos com responsabilidade e preocupação ambiental. Essa reconfiguração espacial tem inclusive restabelecido a fauna da área, contando com a presença de pássaros, tamanduás, capivaras e corujas, que anteriormente não freqüentavam o local. Uma outra forma de conscientização dos sujeitos no processo produtivo sustentável se deu com a redução da tradicional prática de queimada<sup>12</sup>.

Estas práticas alternativas constituídas coletivamente são resultado do acúmulo de idéias e ações reais dos militantes ao longo do tempo. Elas são desenvolvidas com muito esforço, pois a transformação de um modelo produtivo tradicional e a alteração nas consciências humanas não é tarefa fácil. Apesar disso, percebe-se um empenho louvável destes sujeitos em alterar a realidade de acordo com aquilo que consideram mais legítimo enquanto plano de vida: a construção de uma sociedade em que o homem tenha uma relação equilibrada com a natureza e também com a sua própria espécie.

#### 4. CONCLUSÃO

Este pequeno texto objetivou tratar de um assunto bastante amplo e polêmico, centrado no processo de formação da consciência político-ambiental dos membros do MST, porém algumas breves conclusões podem ser apontadas aqui. Verificou-se que o processo de

---

<sup>12</sup> PIMENTEL, VANIA; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade Terra Livre. In: [http://www.micoleao.org.br/template.php?pagina=/ptg/associacao/noticias\\_visualiza.php&id=32&link=1](http://www.micoleao.org.br/template.php?pagina=/ptg/associacao/noticias_visualiza.php&id=32&link=1)

formação da consciência ambiental dos militantes está se constituindo de maneira progressivamente política, uma vez que a opção por práticas sustentáveis contrapõe-se à lógica dominante do grande capital, baseada nas políticas do agronegócio. Há um acúmulo na formação da consciência dos sem-terra, que passam a reivindicar também uma relação ecológica equilibrada como uma questão política, conferindo uma relação necessária entre as esferas política e ambiental.

Essa conscientização se dá a partir da experiência prática dos sujeitos, nos enfrentamentos, ocupações e no processo produtivo, além de ser constituída através da ação educacional, da mística, dos setores de formação cultural, dos grupos que tratam da questão ambiental, etc. Apesar dos resultados bastante otimistas que as iniciativas sustentáveis do MST vêm proporcionando, como exemplificamos na comunidade *Terra Livre*, ainda há limites fortes na hegemonização deste modelo produtivo nos espaços do movimento, que se confronta constantemente com a estrutura do grande capital.

Mesmo com as dificuldades proclamadas, é fundamental que repensemos os presentes paradigmas produtivos dominantes no país (e no mundo), numa época em que a destruição sócio-ambiental e a alienação do homem em relação à natureza tornam-se insuportáveis. As atividades desempenhadas no *Terra Livre* demonstram que é sim possível uma alternativa ao modelo agrícola do grande capital, e que uma reaproximação do homem com a natureza deve ser o novo paradigma de vida no século que se processa.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. *Bioteχνologia agrícola. Mitos, Riscos Ambientais e Alternativas*. Porto Alegre: Ascar-Emater/RS, 2002.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*. Rio de Janeiro, Ed. Casa Amarela, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONZAGA, José Guilherme Franco. *Possibilidades educativas nas ações coletivas do MST. Reflexões Teóricas e Epistemológicas*. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói, EDUFF, 1997.

NOVICKI, Victor de A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1992.

PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. In: *Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7. São Paulo, dezembro 1989.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ANCA, 1994.

\_\_\_\_\_ & FERNANDES, B. M. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa. A força dos trabalhadores*. (vol. 3). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência””. In: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.